

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISÓSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Thomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antônio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS :

DECRETO LEGISLATIVO N.º 338/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.482/72, de 13 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Luiz Carlos Molinari, ocupante do cargo de nível "PL-19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1.963 e igual data de 1.968; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 08 de março de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 339/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.915/72, de 26 de maio de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do Art. 76, da Constituição Estadual, em favor de Haroldo João Tedeschi, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de onze (11) meses e vinte e oito (28) dias, compreendido entre 26 de janeiro de 1.948 e 24 de janeiro de 1.949, em que prestou serviço militar obrigatório.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 340/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os n.ºs. 3.941/72, de 29 de maio de 1.972 e 4.922/72, de 27 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Alceu Ramos, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano e quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.962, 1.963, 1.964, 1.965, 1.966, 1.967, 1.968 e 1.969, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 07 de junho de 1.961 e 07 de dezembro de 1.965, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1.962, 1.963 e 1.964, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 341/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.826/72, de 22 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Jahir Delagassa, ocupante do cargo de nível "PL-16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 342/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.128/72, de 05 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar pagar a Wilma Wambier Gusso, função gratificada correspondente ao símbolo F-4, por ter exercido as funções de Chefe da Seção da Ata no mês de Maio do corrente ano, durante a ausência do titular.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 343/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.758/72, de 21 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Isaura Bravos, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver

afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 1.º de setembro de 1.962 e igual data de 1.967; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 1.º de janeiro de 1.972, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 344/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.849/72, de 26 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — conceder a Terezinha Ruppel Gluck, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de representação, correspondente ao cargo de Auxiliar de Gabinete de Assistência Técnica, a partir de 20 de junho de 1.972;

II — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 345/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.690/72, de 24 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a funcionária Areodiva Mann de Souza, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1.972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 346/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5342/72, de 06 de julho de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Marconílio Sancho Cambuy, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 347/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5307/72, de 05 de julho de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar pagar a Aldo Angelo Sperandio, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, por ter prestado serviços extraordinários nos meses de fevereiro e março do corrente ano.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 348/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5213/72, de 04 de julho de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

arbitrar em cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, o valor da gratificação, por prestação de serviços extraordinários, fixada anteriormente em 1/3 (um terço) de seus vencimentos pelo Decreto Legislativo n.º 520/71, de 27 de outubro de 1971, de Luiz Carlos Licheski, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1.º de junho do corrente ano.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 349/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.927/72, de 26 de maio de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Decreto Legislativo n.º 133/72, de 22 de março de 1972, a fim de declarar que a autorização para prestar serviços extraordinários e percepção da correspondente gratificação, fixada no citado Ato, é a partir de 1.º de fevereiro de 1.972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 350/72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.524/72, de 14 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Decreto Legislativo n.º 136/72, de 22 de março de 1.972, a fim

de declarar que a autorização para prestar serviços extraordinários e percebimento da correspondente gratificação, fixada no citado Ato, é a partir de 31 de janeiro de 1.972.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 1.º de agosto de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata do 192.ª Sessão Ordinária Realizada em 3 de Agosto de 1972 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes Antonio Costa — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Lasso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Junior — Nelson Biffara e Santos Lima. (36); achando-se ausentes os srs. Deputados: Ivo Thomazoni — Alvaro Dias — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Emilio Carazzai — Fabiano Braga Cortes — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente requereu a chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — É constatado número legal de srs. Deputados para prosseguimento da Sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n. 128-72 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n.º:

28-72: Oriundo de Mensagem Governamental de n. 7-72, que introduz a alteração à Lei n. 5971 de 24.7.69 que dispõe sobre o Fundo de Crédito Agropecuário, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.297. — **Agradeça-se.**

Sob o n. 123-72 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n.º:

244-70: Do Senhor Deputado João Mansur o veto apostado incidiu sobre as disposições do artigo 1.º, que tratam da criação de uma Escola Normal de grau colegial na sede do Município de Adrianópolis. — **A C.C.J.**

Sob o n. 121-72 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º:

2-72: Do Senhor Deputado Francisco Escorsin o qual dispõe que os contribuintes ou responsáveis, relativamente a créditos tributáveis anteriores a 1.º de janeiro de 1972 poderão requerer ao Secretário da Fazenda anistia condicional das multas e dos pagamentos da parcela relativa ao tributo dos respectivos juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês não capitalizável, e da correspondente atualização monetária. — **A C.C.J.**

Sob o n. 72-367 do Senhor Nestor Jost Presidente do Banco do Brasil S.A., acusando recebimento e agradecendo votos de aplausos aos administradores da Agência em Buenos Aires de autoria do Senhor Deputado Rodrigues Junior. — **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n. 225-72 do Senhor Ascencio Garcia Lopes Reitor da Universidade Estadual de Londrina, na qual acusa recebimento de cópia de Requerimento do Senhor Deputado Antonio Belinati. — **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, ouvido o Plenário

REQUER

A inserção em ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Francisco Ribeiro.

O extinto era pessoa de grande projeção e amizade na cidade de Piraquara e deixa os seguintes filhos:

Donald Ribeiro Loyola atual Prefeito Municipal da cidade de Jaboti e Presidente da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, Dr. Francisco R. Loyola, Heloína, Helena, Helodia e Herondina.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1972.

(a) — GABRIEL MANOEL

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais requer à V. Exa., após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao cineasta paranaense Silvio Back um voto de congratulações em virtude de ter conquistado nos últimos quinze dias dois dos maiores prêmios concedidos a filmes nacionais — Prêmio Governo do Estado de São Paulo e de maior arrecadação nacional.

Este reconhecimento ao valor intelectual de gente paranaense resalta o valor desse jovem que enfrentou todas as dificuldades para mostrar não só ao Brasil como a outras nações um capítulo de nossa história, com seu filme "A Guerra dos Pelados".

É oportuno lembrar que quando poucos acreditavam neste paranaense, nós da tribuna desta Assembleia Legislativa com o endosso dos Senhores Deputados, há um ano dávamos um crédito de confiança a Silvio Back.

Agora ratificamos aquela posição assumida por esta egrégia Casa Legislativa, congratulando-nos com este cineasta que projetou a intelectualidade paranaense em outros Estados.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.972.

a) Nivaldo Kruger.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer à V. Exa., após ouvido o Plenário, que seja encaminhado requerimento ao digníssimo Sr. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, solicitando informação sobre o início dos trabalhos de construção da Rodovia PR-4 que unirá Campo Mourão a Relógio passando por Guarapuava.

Há quase meio ano o digníssimo Sr. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, esteve com sua comitiva a Guarapuava, quando anunciou os trabalhos em regime prioritário de construção da futura rodovia. Até hoje nada foi realizado, caindo quase no esquecimento as vibrantes palavras dos oradores que participaram daquela recepção.

Por tratar-se de uma das mais prementes reivindicações da população guarapuavana solicitamos seja esclarecido os motivos da demora do início dos trabalhos o que certamente motivará considerável atraso na conclusão desta importante rodovia.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.973.

(a) — Nivaldo Kruger.

Requerimento

Senhor Presidente:

Arapongas, pelas suas condições sócio-econômicas e seu desenvolvimento cultural, projetou-se como uma das mais importantes comunas paranaenses. Seu clima ameno e seu povo altamente hospitaleiro e dinâmico colocou-se em posição de destaque que culminou na década de 1.960 quando, Arapongas foi classificada em primeiro lugar entre os Municípios exportadores de café, de todo o mundo.

Sua projeção, pois, sempre se fez sob os melhores auspícios revelando a potencialidade de uma sociedade desenvolvida em todos os setores.

Ocorre que de algum tempo para cá, sem que se possa saber exatamente as razões determinantes ou as causas de tais fatos porém, para inteiro pesar de seu laborioso povo, Arapongas tem sido projetada numa onda de criminalidade sem precedentes.

Assaltos à mão armada, assassinatos arrombamentos e tiroteios, como que ali se centralizam, trazendo o desassossego a sua laboriosa população e desfigurando a imagem daquele Município, o que poderá ocasionar graves consequências a sua vida social e à sua economia.

Em razão do exposto, quer submeter à douta apreciação desta augusta Assembleia Legislativa o envio de um apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, General Mário Carneiro Portes no sentido de que, com a urgência possível, aquele órgão proceda ao reaparelhamento humano e material da Delegacia de Polícia de Arapongas dotando-a de condições de exercer o efetivo combate ao crime, ordenando, ainda, Sua Excelência as medidas legais necessárias ao restabelecimento de segurança e do sossego público em Arapongas.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1.972.

(a) Muggati Filho.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer à V. Exa., após ouvido o Plenário, seja encaminhado requerimento ao digníssimo Sr. Diretor da Paranatur, solicitando a inclusão dos pontos turísticos de Guarapuava, nas publicações elaboradas por esta entidade paranaense.

Muitos são os pontos que merecem especial destaque no entanto estão sendo olvidados pela Paranatur.

Solicitamos que estes sejam incluídos pois propiciará maior divulgação e motivará aos turistas a ampliação dos seus roteiros não deixando este município marginalizado à beira da BR-277.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 1972.

(a) — Nivaldo Kruger.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, requer, na forma regimental, a constituição de uma Comissão Especial composta de três (3) membros, para acompanhar e participar do Congresso Nacional dos Municípios a realizar-se de 7 a 12 do corrente mês, em Guarapari, Espírito Santo, às expensas da Assembleia.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1.972.

(a) Nivaldo Kruger.

Erondy Silvério Fuad Nacli e Nivaldo Kruger.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer a retirada da Emenda apresentada ao Projeto de Lei n.º 59/72.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1.972.

(a) — Nivaldo Kruger.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 120/72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Mes-tres do Colégio da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de agosto de 1.972.

(a) — Aguinaldo Pereira Lima

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa se justifica porque a Associação de Pais e Mestres do Colégio da Polícia Militar do Estado do Paraná que foi fundada em 5 de novembro de 1.971, tem os seus Estatutos devidamente registrados no Cartório de Títulos e Documentos desta Capital e tem sobre tudo por finalidade a colaboração que presta junto ao referido Colégio para aprimoramento da educação e da cultura aos alunos que frequentam esse estabelecimento de ensino. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, objetivando o entrosamento da família dos alunos e mantém um estreitamento de cordialidade entre as Associações e os estabelecimentos de ensino da Capital e do Estado.

Convém afirmar-se que a referida Associação funciona anexa ao Colégio da Polícia Militar do Estado e é um centro de cultura modelar da nossa Capital. Ali as visitas de mestres e Diretores de outras escolas sediadas fora do Estado do Paraná são constantes sendo certo, aquele Colégio obedece a direção pedagógica e administrativa de Oficiais da nossa Polícia Militar, oferecendo um índice de aproveitamento que merece os encômios daqueles que lutam pela educação dos seus filhos. Convém também que se ressalte que o Colégio Militar do Estado do Paraná, que foi fundado no ano de 1.959, vem a passos largos com a Associação de Pais e Mestres congregando num entrosamento constante mestres, pais e alunos naquele objetivo educacional que pertence a todos nós.

Por este motivo, entendemos que o reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Mestres do Colégio da Polícia Militar do Estado do Paraná é um ato de justiça.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger, primeiro inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que nos reencontramos, após pequeno recesso, pois retornamos do interior do Estado — 30 dias de convívio com o povo paranaense — onde pudemos sentir os reflexos da vida administrativa, econômica e social do interior do Paraná.

Podemos transmitir a esta Casa, que o povo paranaense está profundamente apreensivo, porque vê obras paralisadas, porque sente que as contribuições são cada vez mais elevadas às coletorias estaduais, o setor de arrecadação está anunciando nos seus índices de receita elevações tributárias enquanto vemos prédios públicos caindo, professores contratados com atraso de meses, funcionários sem poder cumprir suas obrigações, porque os vencimentos não estão atualizados, a segurança do Estado praticamente não existir, as Delegacias do interior sem meios, e os grupos escolares sem recursos. Então, cabe uma pergunta: onde está, para onde está indo o dinheiro do Estado? Para onde se encaminha esse dinheiro arrecadado pelo Paraná?

Vemos pelo Estado todo, obras paralisadas, assistência social sem meios. Este é o quadro triste em que o Paraná se encontra.

Não posso deixar de trazer, em nome daqueles que represento, um apelo às autoridades governamentais, àqueles que não ensurdeceram de todo ainda, aqueles que não se desensibilizaram de todo ainda, para que transmitam ao Chefe do Governo, que pelo fato de não ter sido eleito, certamente não tem vivido, não tem sentido os problemas do povo, pelo fato de ter se deslocado de outra área para o Governo, às vezes não está bem dentro desses problemas. Então, aqui trazemos nossa voz.

Gostaria de que todos os Srs. Deputados sentissem esse problema. Gostaria que todos os Deputados levassem, no diálogo que tem com os Secretários de Estado e com o Governador essa realidade, a apreensão, a inquietação do nosso povo do interior.

Agora, Sr. Presidente, quero fazer um apelo à Bancada da situação para que a Assembleia Legislativa se faça representar no Congresso Nacional dos Municípios a ser realizado no Estado do Espírito Santo, com início no dia 7, encerrando-se no dia 14. Lá estarão presentes 4 Ministros de Estado e o próprio Presidente da República, que fará a abertura ou o encerramento do Congresso. Prefeitos do Paraná estão se mobilizando para levar ao Congresso, o 8.º Congresso Nacional dos Municípios, que não se realiza há 4 anos, seus conhecimentos, suas teses, para serem defendidas naquele encontro municipalista brasileiro.

Há poucos instantes apresentamos requerimento no sentido de que o Paraná organize uma delegação para comparecer ao Congresso, para que não fique o Paraná sem voz naquele magno conclave.

O Poder Legislativo de outros Estados organizaram delegações. Os Estados do Rio Grande, Sta. Catarina e do Sul participaram com delegações substanciais das Assembleias e Tribunais de Conta porque este Congresso é de grande importância para o desenvolvimento do municipalismo e revitalização da vida administrativa brasileira.

Assim, esperamos que o Líder do Governo, em diálogo com os Deputados da Arena, encontre elementos dispostos a participarem deste Encontro. É bem verdade que todos os Deputados estão empenhados na campanha eleitoral e o tempo é exiguo. Entretanto, seria de grande importância que uma Delegação composta, no mínimo, de três membros lá estivesse presente a fim de levar a voz do Paraná.

Queremos, nesta oportunidade, em que dividimos o Grande Expediente em três etapas, abordar aspectos referentes ao turismo, com enfoque especial de nossa região.

Vamos encaminhar apelo ao Diretor da PARANATUR no sentido de que sejam incluídos pontos turísticos da região do Centro-Oeste do Estado, do Terceiro Planalto, especialmente do município de Guarapuava, nas publicações que estão sendo elaboradas por essa entidade.

Temos pontos de atração extraordinários: Serra da Esperança, os trigais, as mutações da paisagem, naturalmente, oriundas das culturas do trigo, da soja e do arroz. Sabemos que o turismo hoje é uma das principais indústrias de faturamento do mundo e nós continuamos a não aproveitar os atrativos que a natureza sobejamente nos dotou. Deixamos paisagens magníficas, belíssimas escondidas de tal forma que aqueles que desejem conhecê-las em suas horas de lazer, delas ficam privados.

O turismo organizado, bem calculado dará renda tão grande quanto o café. Milhões e milhões de cruzeiros e dólares deixam de ser canalizados para o nosso Estado por falta de uma boa política de turismo.

Existem, pasmem os Srs. Deputados, um hotel fechado; foi construído com o dinheiro do povo e encontra-se abandonado num dos pontos mais agradáveis de nossa região. Temos clima de primeira ordem, clima próprio de estância hidroclimática e tudo isto está sendo desperdiçado. Temos vias de acesso, vias de comunicação os quais vem sendo desperdiçados em prejuízo do próprio Estado.

Outro aspecto, finalizando este breve pronunciamento da tarde de hoje, diz respeito a importante Rodovia BR-4, cuja rodovia, conforme já tivemos

oportunidade de salientar aqui, constitui em uma das obras públicas mais importantes para nossa região. Vindo do Sul do Mato Grosso, trará progresso e produção para o centro do Estado em demanda ao Porto de Paranaguá. Esta rodovia, até o momento, apesar das informações de que ela seria iniciada no princípio do ano — até o momento, nem um canteiro sequer de rosas ali foi plantado. Não compreendemos tal coisa, e discordamos do Estado por esse procedimento. Falta de recursos não se alega, eis que os recursos existem. É necessário que esta obra seja construída imediatamente, e para isto enviamos ao Sr. Secretário dos Transportes, requerimento, lembrando dos compromissos assumidos com o povo daquela região; não só com o povo daquela região, mas lembramos também a importância econômica, a importância social do empreendimento desta obra.

Assim, Srs. Deputados, finalizamos estas observações e esperamos que o Sr. Líder do Governo, no diálogo que manterá com os Srs. Deputados, encaminhará um número suficiente para integrar a delegação que, esperamos, esteja presente lá no Estado do Espírito Santo.

Quero ainda, nesta oportunidade, lembrar rapidamente o grande prejuízo que o Paraná vem sofrendo em relação ao Estado de São Paulo; trata-se das quotas de trigo e das quotas do açúcar.

O Paraná, grande produtor de trigo e grande produtor de açúcar, fica subordinado a São Paulo no sistema de distribuição das quotas para comercialização, e não somente no que se refere a trigo, como também hoje na carne, prepara-se o Paraná para exportar carne. No entanto a SUNAB interfere, no meu entender, intempestivamente, limitando a produção dos frigoríficos da região Sul do Estado, liderando a produção nos outros Estados, como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina; limitando o abate no Paraná, realmente dificultará a política de exportação no nosso Estado.

Fica um breve alerta sobre este assunto, e prometo voltar com detalhes sobre o problema das quotas do trigo, das quotas do açúcar e da quota de exportação da carne. O Paraná, por omissão, por docilidade de uma política na esfera federal, vem sofrendo um processo de dilapidação a cuja conta nós debitamos exclusivamente aos homens públicos da situação, com posição de proposições no Congresso e outros postos de relevância no nosso Estado.

O Sr. Borsari Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu me permito discordar em parte com o pronunciamento de V. Exa., particularmente na parte inicial do seu pronunciamento.

Nós também percorremos diversas regiões do nosso Estado, e nelas tivemos a satisfação de encontrar até um clima de tranquilidade, um clima até mesmo de otimismo. Se é verdade que há muito a ser realizado, isto também deve ser debitado ao vertiginoso aumento do nosso Estado.

V. Exa. se referiu, por exemplo, ao setor de segurança. É sabido que já está em execução um completo plano de reaparelhamento das Delegacias, inclusive com a entrega de novas viaturas totalmente equipadas, para as principais Delegacias de nossa cidade.

Também é do conhecimento da Casa, e por certo de V. Exa. também, que o Governador do Estado tem percorrido o Paraná, sabe-se que ele esteve em Maringá, sabe-se que ele esteve em Londrina, sabe-se que ele esteve na sede da ARENA, que esteve em Jacarézinho, onde ele levou e expôs o seu plano e diagnóstico de diretrizes de ação.

E nestes locais em que ele esteve, ele teve a oportunidade de procurar juntamente com o seu secretariado, escolher subsídios e solicitar aos Srs. Prefeitos para que realmente apresentassem sugestões para o aprimoramento e melhoramento deste plano de ação.

Por este motivo, é que eu discordo do início do discurso de V. Exa. Muito obrigado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Houve uma pequena diferença de colocação. Disse eu que estava, ou melhor que na minha região e no interior do Estado, o povo está apreensivo. É evidente que quando o Governador vai para o interior, é muito diferente, quando um Sr. Deputado acompanha uma equipe governamental, é muito diferente, porque os Srs., ao ingressar no interior do Estado, vão receber os aplausos dos professores que reúnem seus alunos com bandeirinhas e felicitam o Sr. Governador, dos funcionários públicos que não têm a coragem de contar a verdade cara a cara. Dos empreiteiros que precisam agradar o Governo e não têm a coragem de dizer publicamente que suas empresas não recebem o valor do contrato há tanto tempo. Eu até não debito exclusivamente a este Governo, isso faz parte de um processo que vem se agravando no decorrer dos tempos. É muito diferente uma visita feita por uma comitiva governamental de uma visita feita por um Deputado de oposição. O Deputado da oposição, ouve realmente os reclamos do povo, o povo reclama na esperança de que os problemas sejam resolvidos.

Compreendo, nobre Deputado, o que é governar, sei que não é fácil, pelos dados que o Sr. Governador transmitiu ao Paraná, sabemos que a situação do Estado é muito difícil. Sabemos entretanto, que não foi o nosso Partido que deixou o Estado nesta situação tão difícil. Sabe o Paraná que se o Estado está numa situação tão carente, não fomos nós do MDB que o colocamos nesta posição. Se S. Exa. não tem responsabilidade pessoal, tem responsabilidade de partilha de um grupo político a que ele integra.

Então o paranaense vem sofrendo, vem sentindo cada vez mais o peso das consequências deste estado de coisas. V. Exa. disse que há tranquilidade. Há tranquilidade realmente, mas tranquilidade dos lagos em que as águas de tão tranquilas que são, apodrecem.

Eu disse apreensão. Eu não disse que não há tranquilidade, a tranquilidade do povo, que está cuidando de trabalhar mais do que trabalhava antes, porque ganha cada vez menos. Precisa ainda mais, precisa esforçar-se mais, é uma realidade insofismável. Se duvida V. Exa. do que digo, eu faço minhas as palavras dos bispos do Paraná, reunidos para editarem a Pastoral de ação a arquidiocese.

Ali, está o retrato real da situação social do Nosso Estado. Porque entendo, Deputado, que numa viagem de caravã governamental, jamais se tem uma idéia exata. E eu louvo a atitude do Governador Parigot de Souza, pelo fato de estar ele implantando um plano de administração. Sabemos que um plano administrativo é uma árvore que custa a produzir frutos, ela não produz imediatamente.

Louvo a atitude de S. Exa. em dialogar em torno deste plano e ouvir áreas. E ao enviar este requerimento agora, não estou fazendo outra coisa do que pedindo a inclusão de certos setores na sua administração.

Então me parece que há apenas uma diferença de colocação. V. Exa. se coloca numa posição e eu me coloco noutra. Válida a de V. Exa. como Deputado da situação. E me parece muito válida a minha também, como Deputado da oposição, que pretende fazer os reclamos autenticamente vividos pelo povo do nosso Estado.

O Sr. Borsari Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, posso adiar a V. Exa. que estou imensamente satisfeito em saber que V. Exa. louva a atitude do Sr. Governador, e o fato de estar S. Exa. levando o seu plano a diálogo. Realmente, é uma reali-

dade, e é o que está ocorrendo. Mas é importante também que V. Exa. saiba que nós também percorremos toda a região do nosso Estado sozinhos, completamente despidos de caravana governamental. E é nesses contatos que podemos sentir o que realmente está ocorrendo nestas comunas paranaenses. Realmente há muita coisa a ser planejada, a ser realizada. O Governo do Estado está empenhado neste planejamento e nesta reformulação total para o atendimento dessas necessidades.

Muito obrigado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte de V. Exa. e acho que é realmente oportuno um diálogo desta ordem, com o Deputado que é V. Exa. com o grande conhecimento que tem das coisas públicas, além de ser do Partido da situação.

Queria lembrar um aspecto que apenas creio não recomende bem o Governo, seja ele qual for, nem tão pouco recomenda um partido de situação.

Conversa puxa conversa. Lembrei-me que V. Exa. disse que sositou o Norte. No Norte do Paraná, em Londrina, — não sou representante do Norte, mas é Paraná, nós temos recursos destinados pelo IBC ao nosso Estado, para a implantação do Instituto Agronômico do Paraná. Nada há mais importante que se possa fazer, no setor agrícola, no setor agro-pecuario, do que a implantação de um Instituto Agronômico.

Este instituto terá recursos superiores à Secretaria da Agricultura. Poderá carrear recursos da FAO, UNESCO e de todas as organizações internacionais, para pesquisa, recursos que o nosso Estado não tem. Entretanto, estamos há dois anos com recursos depositados no Banco do Brasil, na cidade de Londrina e até o momento o Estado do Paraná não se dignou indicar o Diretor deste Instituto. Em dois anos, só uma conta simples, 20% de inflação já perdemos 4 milhões, dos 10 que foram colocados à disposição.

A ineficiência administrativa, ilustre Deputado, que eu gostaria que V. Exa. como homem de influência no Partido verberasse no seu partido; a ineficiência administrativa, ineficiência é o termo que me parece correto. Não estou atacando o Sr. Governador nem o Sr. Secretário, mas há ineficiência porque o Paraná, no momento mais crucial da sua vida de transição, em que nós passamos de uma fase para outra, nós nos damos ao luxo de deixar bilhões de cruzeiros bolorando numa caixa bancária, enquanto o agricultor paranaense não encontra apoio, porque a Secretaria da Agricultura também não tem recursos; escolas agrícolas estão fenecendo em nosso Estado. Técnicos que tanto carecemos não têm oportunidade de formação, porque a estas escolas não são carregados recursos. Na região centro-oeste do Paraná existem duas escolas agrícolas com capacidade, a de Guarapuava, para 100 alunos e ali só se encontram 54, por deficiência de recursos, e as professoras precisam fazer festinhas e quermesses para angariar recursos para a Escola. Esta é uma apreensão do nosso povo. Não é sem razão. Realmente é o que está ocorrendo.

Se V. Exa. fizer uma viagem com os olhos voltados para estes aspectos, vai encontrar este quadro. Cidades antigas de nosso Estado, com alunos impilhados em prédio obsoletos, construídos há 20 anos. Regiões que contribuem extraordinariamente e está faltando não sei bem o que. Compreensão, talvez? Este Plano que o atual Governo está elaborando para colocar as coisas racionalmente e então teremos uma solução adequada para o Estado.

O Sr. Borsari Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O problema do Instituto Agronômico foi bastante debatido há pouco tempo nesta Casa e V. Exa. tem perfeito conhecimento do assunto, talvez melhor do que nós porque tem participado de algumas Comissões onde tramitou este Projeto. Tão logo esta Casa tenha o plano de lei necessário, o Governo poderá agir neste setor, sabe V. Exa. que o Governo tomou as medidas necessárias para que o plano possa ser concretizado. Com relação ao problema das escolas agrícolas, é de conhecimento também de V. Exa. que o Estado está altamente empenhado numa reforma total do ensino e que há necessidade hoje de uma definição daquela leque de opções. E tudo isso está sendo também tratado pela Secretaria de Educação, junto ao Ministério de Educação. Tive conhecimento, ontem ainda, de que o plano elaborado pela Secretaria de Educação de nosso Estado, ainda esta semana será encaminhado à Brasília para aprovação. O que temos realmente que reconhecer é que passamos efetivamente por uma fase em que há necessidade de projetos, em que há necessidade de todos os programas serem devidamente apresentados, equacionados e até em certos casos exigindo-se projeto final de engenharia para a sua devida aprovação. E isto V. Exa. sabe muito bem que não se consegue de uma hora para outra. Há necessidade de preparação de projetos para que possam ser aceitos e aprovados no plano federal. Eu e meu Partido estamos tranquilos neste sentido porque realmente nossa preocupação é equacionar, é levar estes projetos devidamente elaborados para que o Paraná também se beneficie na área federal destes recursos a que V. Exa. se refere.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado. Agradeço a V. Exa. e concluo dizendo que o ponto de vista político não aceito mais e creio que o Paraná também não aceita mais a passividade, a docilidade do político paranaense em relação ao Governo Federal. Parece que a área política paranaense na esfera federal está atemorizada, e excluiu os Deputados da Oposição cujos pronunciamentos têm sido os mais felizes. Dá a impressão de ser um grupo político atemorizado e uma representação atemorizada jamais conseguirá obter o que é de direito de seu povo.

Cito o exemplo do R. G. do Sul. Enquanto o Paraná está mandando planos para serem aprovados em Brasília, o R. G. do Sul, logo que a reforma do ensino foi aprovada, reivindicou uma comissão especial de planejadores entre os quais se encontram paranaenses que não encontraram mercado de trabalho em seu Estado, nem a compreensão das autoridades do ensino no Paraná. Foram ao R. G. do Sul e montaram uma grande equipe e hoje o R. G. do Sul está com uma carteira no mínimo de dois anos na reforma do ensino.

Perdeu o Paraná, vai perder mais o Paraná, está perdendo o Paraná homens, e é com homens que se administra. Isto porque o Paraná não se reestruturou, paga mal aos técnicos e os melhores técnicos, formados em nossas Universidades, vão servir a outras regiões do Brasil. Tudo é Brasil, mas perdemos e é contra isto que me oponho.

Há necessidade de uma reformulação urgente. Onde se viu o Governo pagar a um agrônomo mil cruzeiros, quando uma oficina mecânica paga a um bom mecânico, sem curso superior, mais de mil cruzeiros? Quando qualquer corretor ganha de quatro a cinco mil cruzeiros, um engenheiro ganha uma insignificância? Como poderá o Estado enfrentar os seus problemas com homens ganhando mal, insatisfeitos e procurando outra fonte de trabalho para suprir as necessidades da família? Isto me parece um

ponto ponderável e necessário para ser revisado urgentemente pelo Partido de V. Exa., que detém o Poder no Paraná há tanto tempo. Obrigado. (Com revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Aguiraldo Pereira Lima, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apreciado. Irá a Comissão de Constituição.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 115-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para alargamento, cascalhamento e conservação, a estrada que liga o Município de Cruzeiro do Oeste ao de Mariluz. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 120-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, asfaltas a estrada que liga a sede do Município de Dr. Camargo à Rodovia Maringá-Uruaema, através de Convênio a ser firmado entre o D.E.R., e o Executivo Municipal de Dr. Camargo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 160-71, de autoria dos Deputados Basílio Zanusso e Ovidio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Nova Esperança a Cianorte, passando por Florai, São Carlos do Ivaí, Japurá e São Tomé. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 160-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga Nova Esperança a Cianorte, passando por Florai, São Carlos do Ivaí, Japurá e São Tomé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1971.

aa) Basílio Zanusso e Ovidio Franzoni

JUSTIFICATIVA:—

Desnecessário se faz dizer que a região pela qual passa a estrada objeto do presente Plano de Lei, é uma das mais ricas e florescentes do Estado.

O crescimento, por outro lado, está a exigir uma via de escoamento capaz de dar vazão à sua grande promoção de cereais e café, colaborando, desta forma, com a grandeza e com a economia do Estado.

Em face de tais razões, apresentamos o presente Projeto à consideração de vossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável acatamento e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 160-71

AUTORES: Deputados Basílio Zanusso e Ovidio Franzoni.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga Nova Esperança a Cianorte.

P A R E C E R

1) — A supra referida iniciativa foi elaborada em atenção ao que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Trata-se de simples autorização legislativa, e, por outro lado, não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

3) — Quanto à sua oportunidade, nada a opor. Em face do exposto, somos pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Emílio Carazzai — Igo Losso — Cândido Martins de Oliveira — Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 160-71

Matéria meramente autorizatória, que já veio devidamente justificada e com parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Não traz nenhuma implicação de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em... de outubro de 1971.

aa) Leopoldo Jacmel — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Paulo Poli — Santos Lima

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 160-71

1) — O Projeto de Lei em tela, de autoria dos nobres Deputados Basílio Zanusso e Ovidio Franzoni, objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem a estrada que liga Nova Esperança a Cianorte, passando por Florai, São Carlos do Ivaí, Japurá e São Tomé.

2) — A referida Proposição foi devidamente examinada pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, das quais recebeu pareceres favoráveis.

3) — A região pela qual passa a estrada objeto desta mesmo Plano de Lei é uma das mais ricas e florescentes do Estado e seu crescimento, por outro lado, está a exigir uma via de escoamento capaz de dar vazão à sua grande produção de cereais e café.

Assim e tendo em vista as razões expostas, opinamos pela aprovação da medida proposta.

S.M.J., e o parecer.

Sala das Comissões, em...

aa) Lázaro Dumonte — Presidente

Antônio Maciel — Relator

Hélio Manfrinato — Borsari Netto — Gilberto Carvalho

1a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 20-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n. 118-72, aprova em todos os seus termos o Convênio celebrado a 15-2-71, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, objetivando execução dos serviços de construção, melhoramento, pavimentação e conservação da estrada PR-54, trecho Guaratuba-BR-468 (Garuva — Santa Catarina — sub trecho Garuva). — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

MENSAGEM N. 22-72

Curitiba, 18 de maio de 1972

PROPOSIÇÃO N. 118-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de fevereiro de 1971, entre o Governo do Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina objetivando a execução de serviços de construção, melhoramentos, pavimentação e conservação da Estrada PR-54, trecho Guaratuba-BR-468 (Garuva SC — sub-trecho Garuva-Divisa Paraná Santa Catarina), mediante administração direta ou adjudicação à terceiros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) **Pedro Viriato Parigot de Souza**
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **WILSON FIGUEIREDO FORTES**

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/Capital

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM OS GOVERNOS DOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA, NA FORMA ABAIXO:

Aos quinze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e um, o Governo do Estado do Paraná, adiante designado simplesmente Paraná, neste ato representado pelo seu Governador, Bél. Paulo Cruz Pimentel e o Governo do Estado de Santa Catarina, em seguida denominado Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Governador, Bél. Ivo Silveira, acordaram e ajustaram firmar o presente Convênio, que se regulará pelas condições adiante estabelecidas:

Cláusula Primeira: O Paraná assume na vigência deste Convênio, através do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), os cargos dos serviços de construção, melhoramentos, pavimentação e conservação da Estrada PR-54, trecho Guaratuba-BR-468 (Garuva SC — sub-trecho Garuva — Divisa Paraná-Santa Catarina), mediante administração direta ou adjudicação à terceiros, obedecidas as formalidades legais.

Santa Catarina, assume na vigência deste Convênio, através de seu Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SC), o compromisso de liberar a faixa de domínio dos imóveis atingidos pela construção ou retificação e melhoramentos, cujos terrenos estejam situados no território de Santa Catarina, exceto aos do perímetro urbano de Garuva, efetuando às suas expensas os pagamentos devidos.

Cláusula Segunda: As despesas decorrentes do presente Convênio, na parte atinente às obrigações do Paraná, correrão à conta do seu Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) pela dotação orçamentária do mesmo, durante os exercícios de vigência do presente instrumento.

Correrão à conta de Santa Catarina, através de seu Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SC), as despesas decorrentes com as desapropriações por ventura necessárias, ao cumprimento das obrigações assumidas neste Convênio.

Cláusula Terceira: O presente Convênio terá vigência pelo prazo de três (3) anos, contados de sua aprovação e registro.

Cláusula Quarta: Este Convênio só será válido e terá vigência, após sua aprovação e registro pelos Tribunais de Contas dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

E, por assim estarem acordes, assinam este Termo as partes interessadas, juntamente com as testemunhas presentes.

aa) **Paulo Pimentel** — Paraná

Ivo Silveira — Santa Catarina

Testemunhas:

1.

2.

Confere com: o original

ATL — SENG

Em 17-5-1972

a) **Wally C. T. Mesquita**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N. 118-72

AUTOR: Poder Executivo — Mensagem n. 22-72

SUMULA: Mensagem encaminhamento cópia autêntica do convênio celebrado em 15-2-71, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, objetivando execução dos serviços de construção, melhoramentos, pavimentação e conservação da estrada PR-54, trecho Guaratuba-BR-468 (Garuva SC — Subtrecho Garuva — Divisa Paraná-S. Catarina).

PARECER

Embora o seguimento rodoviário a que se refere a Mensagem Governamental já tenha até sido lícitado pelo DER-Pr — em procedimento pelo menos precipitado, mas a fim de que não se insinue que esta Comissão estaria abster-se de uma ação administrativa, voto pela aprovação.

A ratificação do convênio sana e legitima os atos administrativos praticados sob sua égide.

Pela aprovação conforme Projeto de Resolução anexo.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

aa) **Maurício Fruet** — Presidente em exercício

Luiz R. Soares — Relator

Emílio Carazzai — **Erondy Silvério** — **Ovídio Franzoni** — **Santos**

Lima — **Igo Losso**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 20-72

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos o convênio celebrado em 15 de fevereiro de 1971, entre o Governo do Estado do Paraná e o Governo do Estado de Santa Catarina, objetivando execução dos serviços de construção, melhoramentos, pavimentação e conservação da estrada PR-54, trecho Guaratuba-BR-468 (Garuva SC — subtrecho Garuva — Divisa Paraná-Santa Catarina).

Art. 2.º — A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

aa) **Maurício Fruet** — Presidente em exercício

Luiz R. Soares — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 20-72

(Ex-Proposição n. 118-72)

SUMULA: — “Aprova em todos os seus termos o convênio celebrado em 15 de fevereiro de 1971, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, objetivando execução dos serviços de construção, melhoramentos, pavimentação e conservação da estrada PR-54, trecho Guaratuba-BR-468 (Garuva SC — sub-trecho Garuva — Divisa Paraná-Santa Catarina)”.

PARECER

1.) — A matéria em questão já foi objeto de exame no douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual mereceu parecer favorável, circunstância esta que ocasionou a elaboração do Projeto de Resolução supra em evidência.

2.) — Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, nada encontramos que lhe anteponha, notadamente por se tratar de convênio já firmado entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, o qual está coberto por dotação própria constar do Orçamento Geral do Estado.

Nestas condições, pois, somos pela aprovação da medida proposta.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1972.

aa) **Fuad Nacli** — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Antônio Belinatti — **João Fadel** — **Antônio Lopes Júnior**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao cineasta paranaense Silvio Back, em virtude de ter conquistado dois dos maiores prêmios concedidos a filmes nacionais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Ribeiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de 3 membros, para participar do Congresso Nacional dos Municípios, em Guarapari. — **Aprovado.**

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, a ARENA indica os srs. Deputados Erondy Silvério e Fuad Nacli, para integrarem a Comissão objeto de requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger e que acaba de ser aprovado neste instante.

O SR. PRESIDENTE — Com relação ao tópico “às expensas da Assembléia”, esta Presidência encaminhará à Comissão Executiva.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — (Pela ordem). Quereria em nome do MDB, indicar o Sr. Deputado Nivaldo Krüger, para compor a Comissão.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria de saber se o requerimento foi aprovado pelo Plenário ou não.

O SR. PRESIDENTE — O Plenário aprovou. Mas a verba é dos gabinetes e não da Casa. Então, tem que ser submetida à apreciação da Comissão Executiva para prestar contas dessa verba.

O SR. FUAD NACLI — Gostaria de saber se o Plenário aprovou a indicação do nome dos srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Aprovou.

O SR. FUAD NACLI — Só irei nesta viagem, se for com despesa do meu bolso. Porque a Comissão Executiva tem feito gastos e gostaria de falar, com o Presidente presente, sobre as despesas feitas pela Casa.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mugiaty Filho, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que se proceda o reaparelhamento humano e material da Delegacia de Polícia de Arapongas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando informações ao Sr. Secretário dos Transportes, sobre o início dos trabalhos de construção da Rodovia PR-4. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Diretor da Paranaense, para a inclusão dos pontos turísticos de Guarapuava, nas publicações elaboradas por esta entidade paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando a retirada da Emenda apresentada ao Projeto de Lei n. 59-72. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, sexta-feira, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Redação Final — dos Projetos de Lei n.s 73-71, 84-71, 86-71; 122-71; 132-71; 139-71; 148-71; 149-71; 18-72 e Projeto de Resolução n. 18-72.

Levanta-se a Sessão.